

Relatoria Audiência Samarco na Assembleia Legislativa do ES



Ocorreu no dia 29 de junho, última quarta-feira, a primeira Audiência Pública, na Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo sobre o crime ambiental da Samarco, teve início às 13h e se estendeu até às 17h30. Essa audiência foi convocada pelo Fórum Capixaba em Defesa do rio Doce, uma organização formada por mais de 80 entidades e sociedade civil, cujo objetivo é organizar fóruns locais por várias partes da Bacia.

A mesa era composta pelos parlamentares Josias da Vitória - PDT, Presidente da Comissão que investiga o caso; Rafael Favatto - PEN, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia; Bruno Lamas - PSB e Guerino Zanon - PMDB. Além de representantes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Ministério Público Federal, um representante da empresa Samarco e um representante do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce.

As comunidades atingidas se organizaram em caravanas. Estavam presentes Mascarenhas, Colatina, Maria Ortis, Linhares, Regência, Povoação, Barra do Riacho, Comboios, Areial, todos articulados através dos fóruns locais e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), numa quantidade aproximada de 150 atingidos, que somados a estudantes, professores e pessoas da sociedade civil, lotaram o plenário da câmara.



Durante a audiência ficou disponível o microfone, principalmente aberto às denúncias dos atingidos, que explicitaram a forma irresponsável como a empresa Samarco vem tratando todos. O evento extrapolou falas, ganhou força através de faixas e cartazes - “Esse acordo não nos representa”, “Samarco assassina”, “Não fazemos acordo com esse acordo”.



Ribeirinhos, lideranças locais, representantes de ONGs ambientais, movimentos sociais e religiosas cobraram explicações do crime ambiental ocorrido e da situação das comunidades e de todo o rio. Afirmaram ainda a dificuldade que é se comunicar com a empresa, um exemplo é o 0800 que foi cedido pela empresa, mas que segundo os atingidos, esse número não funciona.



Dentre as falas dos atingidos, houve uma forte crítica ao auxílio dado pela empresa, que não contempla os ganhos anteriores ao crime; as mulheres que não foram contempladas e colocadas como dependentes, apesar de também pescarem; os critérios para seleção, onde a Samarco define quem deve receber ou não o auxílio.

“A Samarco que precisa se adequar ao nosso perfil e não nós ao perfil dela” – Disse Bruna, moradora de Regência.

O representante da Samarco, em meio a vaias durante suas falas, reconheceu que a empresa está distante da população para negociar e que não tem “experiência” nesse tipo de ação.

Em 30 de Junho de 2016.

Bianca Pavan e Douglas Santos.
LEMM/UFES e GIAIA - Dimensão Humana.

Fotos: Elaine Dal Gobbo.

